

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.194 - AC (2019/0217427-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO
OUTRO NOME : HOSPITAL SANTA JULIANA
ADVOGADO : MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272
RECORRENTE : UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADOS : JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805
MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072
RECORRIDO : MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA
RECORRIDO : MIRZA VANY MESQUITA FELIX
RECORRIDO : GLADISTON DA COSTA MESQUITA
RECORRIDO : GLAUBER DA COSTA MESQUITA
RECORRIDO : MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA
RECORRIDO : PAULO NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA E OUTRO(S) - AC003249
ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVANTE : MARIA ANUNCIADA DA COSTA MESQUITA
AGRAVANTE : MIRZA VANY MESQUITA FELIX
AGRAVANTE : GLADISTON DA COSTA MESQUITA
AGRAVANTE : GLAUBER DA COSTA MESQUITA
AGRAVANTE : MIRLA ROSE DA COSTA MESQUITA
AGRAVANTE : PAULO NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ALVES BEZERRA - AC003249
ANDRÉ FERREIRA MARQUES - AC003319
AGRAVADO : OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO
OUTRO NOME : HOSPITAL SANTA JULIANA
ADVOGADO : MARIO GILSON DE PAIVA SOUZA E OUTRO(S) - AC003272
AGRAVADO : UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADOS : JOSIANE DO COUTO SPADA E OUTRO(S) - AC003805
MAURÍCIO VICENTE SPADA - AC004308
EDUARDO LUIZ SPADA - AC005072

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO (e-STJ fls. 615/641), com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre assim ementado:

"DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. MORTE NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEXO CAUSAL. DANO MORAL CARACTERIZADO. PERDA DE UMA CHANCE DE SOBREVIVÊNCIA. TERMO INICIAL JUROS MORATÓRIOS. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. DATA DO EVENTO

DANOSO.

1. A responsabilidade objetiva para o prestador do serviço prevista no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, no caso, o hospital, limita-se aos serviços relacionados ao estabelecimento empresarial, tais como a estadia do paciente (internação e alimentação), as instalações, os equipamentos e os serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia) (Precedente STJ).

2. Trata a hipótese de paciente que se queixava de dor e, a despeito de seu acompanhante ter alertado o corpo de enfermeiros a respeito desta circunstância, não fora convocado o médico plantonista para prestar assistência devida, daí decorrendo o óbito. Verificado, pelos depoimentos colhidos na origem, que o protocolo aplicável ao caso indicava a convocação do médico, bem como que referido profissional, caso convocado, poderia realizar procedimentos aptos a evitar o óbito do paciente.

3. Configuração clara e evidente de perda de chance de sobrevivência do paciente, ato ilícito indenizável, nos termos da doutrina e jurisprudência pátrias.

4. O valor da reparação por danos morais deve ser proporcional à intensidade do abalo moral sofrido, sem perder de vista o sentido punitivo da indenização, com especial relevo na fixação de seu valor a situação econômica do responsável pelo dano.

5. Nas hipóteses em que ocorre o óbito da vítima e a compensação por dano moral é reivindicada pelos respectivos familiares, o liame entre os parentes e o causador do dano possui natureza extracontratual, nos termos do art. 927, do CC e da Súmula 54/STJ.

Termo inicial dos juros de mora, portanto, é a data do evento danoso, ou seja, a data em que configurado o erro médico causador do dano. (STJ, REsp 1698812/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 13.3.2018).

6. Apelo do Hospital Santa Juliana desprovido.

7. Apelo da Unimed Rio Branco desprovido.

8. Apelo dos autores parcialmente providos" (e-STJ fls. 582/583).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, violação dos artigos 373, I, do Código de Processo Civil de 2015, 405 e 944 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que não ficou comprovada a negligência, sendo inaplicável a teoria da perda de uma chance. Por fim, postula pela redução do valor da indenização e requer a incidência dos juros de mora a partir da citação.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial inadmitido foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à falha na prestação do serviço, o Tribunal de origem entendeu que:

"A responsabilidade no presente caso, como já delineada, é objetiva por imposição legal, fato que impõe aos réus apelantes fazerem prova em sentido contrário.

No caso analisado, a falha no serviço é evidente a revelar o fato do serviço, segundo deflui do depoimento da testemunha Rodrigo Rodrigues Mariano, médico, quando perguntando sobre a atuação da equipe de enfermagem:

'(...) seguir o que estava no prontuário, fazer administração de izordil sublingual e acompanhar o paciente, se esse paciente não apresenta melhora e a dor continua, aí acionar o plantão médico.

Juíza: Então, havia necessidade de acionar o plantão médico?

Testemunha: Se essa dor não melhorou(...)

Advogado da primeira apelante: Quem fez a cirurgia foi o doutor Thiago juntamente com o doutor Eliton, doutor Eliton era o que já acompanhava o paciente e o doutor Eliton, por três dias seguidos, ele passou no hospital Santa Juliana, fez as visitas e, em um processo administrativo que foi instaurado no CRM, disse que deixou avisado que poderiam ligar pra ele, poderiam entrar em contato com ele. É normal, mesmo que ele não seja o médico da escala, ele não esteja de plantão ou algo do tipo, é possível que alguém do hospital entre em contato com ele para tirar alguma dúvida, relatar que o paciente x está passando por isso... É normal essa situação?

Médico: É normal, é possível.

Bem assim, Eliton Costa da Silva, médico:

"(...) a orientação é que se faça a medicação prescrita, e o paciente evoluindo com algum descompensação, alguma situação desse tipo, seja feita a comunicação ao médico plantonista (...) Advogado da primeira apelante: (...) era prudente e correto que a equipe de enfermagem tivesse chamado logo o médico plantonista ou não?

Médico: de acordo com o protocolo, sim.

Advogado da segunda apelante: Existiam outras doenças em paralelo (...) esse potencial de agravamento poderia acelerar um óbito, no caso de algum problema situacional durante o procedimento cirúrgico?

Médico: Existem alguns relatos que falam sobre o linfoma não Hodgkin que uma doença que faz alteração dos vasos, poderia ser um agravante, mas acredito que não naquele momento.

Advogado da segunda apelante: Remetendo a um questionamento que foi feito pela parte autora, mencionou um protocolo a ser realizado, esse protocolo é o

mesmo de um paciente que já teve um primeiro infarto ou que foi submetido a um procedimento cirúrgico?

Médico: Esse protocolo que foi anunciado, é um protocolo inicial para atendimento de dor torácica.

Advogado da segunda apelante: Protocolo inicial. Então, de fato, ele não se aplica imediatamente a um paciente que já esteja submetido a uma angioplastia, cateterismo?

Médico: Sim, ele se aplica (...) Diante do quadro do senhor José, um novo infarto, ele é a primeira suspeita, no caso dele que teve a dor torácica. Então, a dor torácica em quem já fez o procedimento de angioplastia, primeira coisa a se pensar é isso. E o que se realiza pra ser feito, foi o que foi exposto, é o protocolo: é o eletro, (trecho ininteligível)... de enzima, tem que fazer nova radiografia, tem que ser feito as medicações que existem prescritas no prontuário (...)

Há ainda o depoimento do enfermeiro, Weskley Cabral, a relatar que se fosse acionado, já na segunda queixa de dor do paciente, teria convocado o médico:

Juíza: Vamos imaginar que meia-noite quando você foi lá e ministrou izordil, e o senhor, inclusive, relatou que o paciente melhorou, mas supondo que às 2h da manhã o senhor tivesse sido chamado, com o paciente ainda com dor torácica. Qual seria a sua atuação, o senhor faria o que, ia para o prontuário, tinha lá parece dipirona ou o senhor ia chamar o médico, qual seria a sua atitude?

Enfermeiro: Chamaria o médico.

Imperativo, diante dos excertos, a conclusão de falha na prestação do serviço dos réus apelantes" (e-STJ fls. 592/593).

De fato o Tribunal de origem formou sua convicção à luz do acervo probatório dos autos fundamentando os motivos que levaram à condenação, de forma que a intervenção desta Corte quanto à satisfação do ônus probatório e quanto à valoração das provas encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

"IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO. DANO AO ERÁRIO.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)

7. Acrescente-se que a jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função

constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

(...)

17. Recurso Especial de Ádamo Weber Vieira parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Recurso Especial de Nilo Roberto Vieira e Leide Martins Quixaba Vieira não conhecido" (REsp 1.602.794/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 30/6/2017 - grifou-se).

Além disso, não há como rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, de que houve falha na prestação de serviços por parte do hospital, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, providência vedada no recurso especial pela aplicação da Súmula nº 7/STJ.

Quanto ao pedido de redução do valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que não se pode afirmar desarrazoado o arbitramento da indenização devida pelo recorrente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em danos morais.

No que tange aos juros de mora, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a responsabilidade civil no caso de morte da vítima com consequente pagamento de indenização aos familiares tem natureza extracontratual, pelo que os juros moratórios sobre as indenizações por danos materiais e morais devem incidir a partir da data do evento danoso, conforme consta no seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. MORTE DA VÍTIMA. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A responsabilidade civil por erro médico, na hipótese em que ocorre a morte da vítima e a reparação por danos morais é pleiteada pelos respectivos familiares, possui natureza extracontratual e, portanto, o termo inicial dos juros de mora é a data do evento danoso. Precedentes.

2. (...).

3. Agravo interno a que se nega provimento"

(AgInt nos EDcl no REsp 1.732.556/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2019, DJe 18/6/2019).

"AGRAVO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. JUROS DE MORA. FAMILIARES DA VÍTIMA. RELAÇÃO EXTRA CONTRATUAL. JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A relação entre os familiares da vítima de erro médico e o causador do dano possui natureza extracontratual, devendo os juros moratórios sobre o valor da indenização incidir a partir do evento danoso, nos termos da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 54/STJ. Precedentes.

2. Não cabe, em recurso especial, examinar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento"

(AgInt no AREsp 875.512/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 4/10/2018, DJe 16/10/2018).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 17% (dezessete por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 605), os quais devem ser majorados para o patamar de 20% (vinte por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator